



I CONGRESSO PERNAMBUCANO DE RECURSOS HÍDRICOS

Água para o Desenvolvimento
Recife, 24, 25 e 26 de Março de 2026

ODS 6: REFLEXÃO SOBRE OS DESAFIOS INSTITUCIONAIS PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO NO BRASIL

Victor Daniel Candido Vieira, Ana Beatriz Lopes de Araujo & Micaella Raissa Falcão de Moura.

Palavras-chave: saneamento básico, governança institucional, universalização.

INTRODUÇÃO

Muito se tem discutido a universalização do saneamento como resposta aos diversos problemas decorrentes de práticas inadequadas e da carência de planejamento nas cidades urbanas, tanto no Brasil quanto no mundo. Com o intuito de tornar esse objetivo mais concreto e didático, a Organização das Nações Unidas (ONU) desenvolveu uma estrutura global composta por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a serem alcançados até 2030. Dentre esses objetivos, destaca-se o ODS 6, cujo propósito central é assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e do saneamento para todos (Souza et al., 2024).

Entretanto, os desafios para a universalização do saneamento básico ainda são significativos. Nesse contexto, observa-se que a falta de articulação institucional e de planejamento eficiente por parte dos órgãos públicos configura-se como um dos principais entraves para a garantia de condições dignas à população brasileira.

O saneamento básico evidencia a interdependência entre os esforços municipais, nacionais e internacionais, sendo elemento essencial para a promoção de moradias adequadas, do acesso à água potável e da implementação de legislações sanitárias eficazes. Tais fatores são fundamentais para o combate às doenças infecciosas, a melhoria da saúde pública e a promoção do bem-estar das populações (World Bank, 2020). Essa inter-relação torna-se ainda mais evidente ao considerar que todo domicílio abastecido com água gera, inevitavelmente, esgoto. Dessa forma, torna-se indispensável uma articulação eficiente entre os componentes do saneamento, visto que não é possível garantir o fornecimento de água de qualidade sem um sistema de esgotamento sanitário capaz de coletar, transportar e tratar adequadamente os efluentes gerados.

METODOLOGIA

O presente estudo adota uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva e analítica, com o objetivo de compreender os desafios institucionais relacionados à consolidação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6 (ODS 6) no Brasil. A pesquisa fundamentou-se na análise de fontes secundárias, incluindo documentos oficiais, legislações, relatórios técnicos e publicações institucionais de órgãos como a Agência

¹⁾ Graduando em Engenharia civil. UNICAP. victor.00000862616@unicap.br

²⁾ Graduanda em Engenharia civil. UNICAP. ana.00000862593@unicap.br

³⁾ Professora Doutora. UNICAP. micaella.moura@unicap.br

Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) e a Organização das Nações Unidas (ONU). Complementarmente, foram utilizadas referências bibliográficas que abordam políticas públicas, governança hídrica e gestão sustentável dos recursos hídricos e do saneamento.

O recorte temporal adotado concentra-se no contexto contemporâneo, permitindo a identificação de entraves e avanços institucionais no setor de saneamento, bem como sua relação com as metas do ODS 6 e com os desafios de articulação entre os níveis federal, estadual e municipal. A análise dos dados foi realizada de forma qualitativa, por meio da interpretação crítica dos documentos selecionados, possibilitando a sistematização das informações e a identificação de padrões, limitações e oportunidades no modelo de governança adotado.

RESULTADOS

Ao analisar a comparação dos dados referentes ao período de 2015 a 2022, apresentada nas Figura 1 e Figura 2, observa-se que o Brasil ainda enfrenta expressivas desigualdades no acesso à água potável e ao esgotamento sanitário, revelando a distância em relação à universalização prevista nas metas do ODS 6. As regiões Norte e Nordeste concentram os maiores déficits; e as áreas urbanas demonstram avanços mais significativos. Embora tenham ocorrido melhorias pontuais ao longo dos últimos anos, os dados evidenciam que o ritmo de expansão dos serviços permanece insuficiente para o cumprimento da Agenda 2030, especialmente em municípios de menor porte e em comunidades em situação de vulnerabilidade.

Além disso, a análise temporal indica que os progressos observados não se distribuem de forma linear nem homogênea, refletindo disparidades estruturais que limitam a capacidade de gestão e investimento dos entes subnacionais. A persistência dessas disparidades sugere que fatores como insuficiência de infraestrutura, dificuldades de financiamento e fragilidades institucionais continuam a comprometer a efetividade das políticas públicas voltadas ao saneamento básico. Em muitos casos, mesmo onde há cobertura formal, a qualidade dos serviços ainda se apresenta irregular, o que reforça a necessidade de intervenções mais robustas e integradas.

Figura 1 – Índice do saneamento ambiental no Brasil no ano de 2015.

Fonte: Os autores, a partir de SNIS.

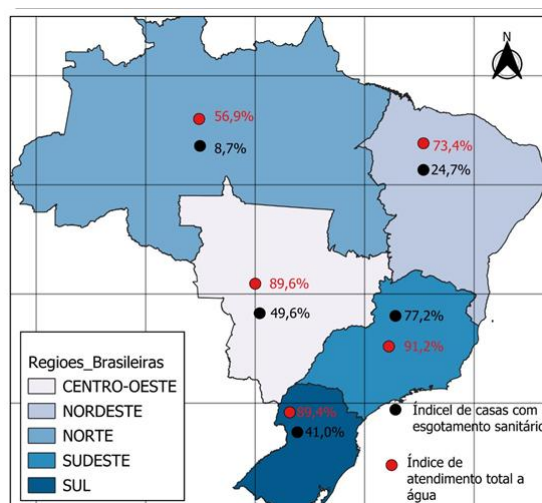
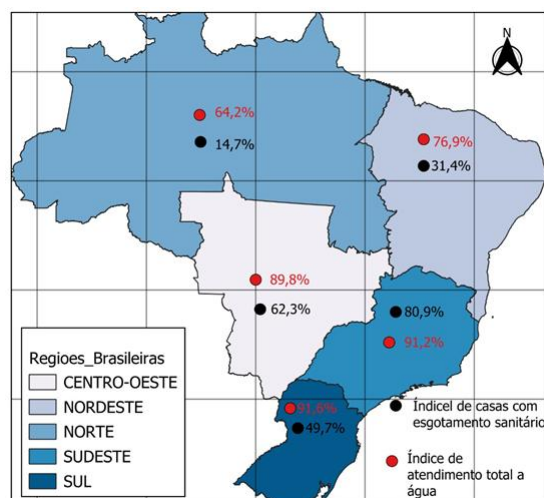


Figura 2 – Índice do saneamento ambiental no Brasil no ano de 2022.

Fonte: Os autores, a partir de SNIS.



A investigação dos aspectos institucionais evidencia que a falta de articulação entre os diferentes níveis de governo (União, estados e municípios) continua sendo um dos principais entraves para o avanço do saneamento. Observa-se uma estrutura fragmentada, marcada por sobreposição de competências, baixa coordenação intergovernamental e insuficiência de planejamento integrado. Essas fragilidades comprometem a continuidade das políticas públicas e reduzem a capacidade de gestão do setor, dificultando a implementação de ações estruturantes em escala nacional.

CONCLUSÕES

A análise evidencia que o avanço do ODS 6 no Brasil permanece condicionado por desigualdades regionais, fragilidades institucionais e dificuldades na implementação das políticas de saneamento. Apesar dos avanços regulatórios promovidos pelo Novo Marco Legal (Brasil, 2020), sua efetivação depende da articulação entre os entes federativos, do fortalecimento da capacidade técnica dos órgãos locais e da redução das assimetrias entre municípios. Assim, a consolidação do ODS 6 requer governança integrada, investimentos contínuos e participação social, como condições essenciais para a universalização do acesso à água e ao saneamento e para o cumprimento da Agenda 2030.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à Universidade Católica de Pernambuco e à docente Micaella pelo suporte e apoio na realização deste resumo, bem como às bases e fontes de dados consultadas, que contribuíram significativamente para a construção das análises apresentadas. Reconhecemos, igualmente, a relevância das bases oficiais utilizadas, as quais possibilitaram o desenvolvimento da análise aqui exposta.

REFERÊNCIAS

ANA – Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. Atlas do Saneamento 2021: Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário. Brasília: ANA, 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS: Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos 2023. Brasília, 2024.

BRASIL. Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020. Atualiza o Marco Legal do Saneamento Básico. Diário Oficial da União, Brasília, 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua: Acesso a Serviços de Saneamento. Rio de Janeiro, 2023.

ONU – Organização das Nações Unidas. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. ODS 6: Água Potável e Saneamento. Agenda 2030. Nova York, 2015.

OPENAI. *ChatGPT* [inteligência artificial]. Disponível em: <https://chat.openai.com/>. Acesso em: 17 de novembro de 2025.

SOUZA, Cinthia Raquel Amarante de; FRANGAKIS, Helena Gico Lima; MONTEIRO, Camila Barreto; BARROS, Ana Gabriela de Sena; SILVA, Simone Rosa da; ALCOFORADO, Roberta de Melo Guedes. **Avanço do estado de Pernambuco no cumprimento das metas propostas pela ONU para o ODS 6: análise dos indicadores.** In: **SIMPÓSIO DE RECURSOS HÍDRICOS DO NORDESTE (SRHNE), 17., 2024, João Pessoa. *Anais eletrônicos* [...].** João Pessoa: ABRHidro, 2024. ISSN 2359-1900.

WORLD BANK. Water Supply and Sanitation in Brazil: Diagnostics and Challenges for Universalization. Washington, 2020.